

## DIREITO CIVIL

1. Suponha que tenha sido publicada no *Diário Oficial da União*, do dia 26 de abril de 2011 (terça-feira), uma lei federal, com o seguinte teor:

“Lei GTI, de 25 de abril de 2011.

Define o alcance dos direitos da personalidade previstos no Código Civil. O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º: Os direitos da personalidade previstos no Código Civil aplicáveis aos nascituros são estendidos aos embriões laboratoriais (*in vitro*), ainda não implantados no corpo humano. Art. 2º: Esta lei entra em vigor no prazo de 45 dias. Brasília, 25 de abril 2011, 190º da Independência da República e 123º da República.”

Ante a situação hipotética descrita e considerando as regras sobre a forma de contagem do período de vacância e a data em que a lei entrará em vigor, é correto afirmar que a contagem do prazo para entrada em vigor de lei que contenha período de vacância se dá (A)pela exclusão da data de publicação e do último dia do prazo, entrando em vigor no dia 11/06/2011.

(B)pela inclusão da data de publicação e exclusão do último dia do prazo, entrando em vigor no dia 09/06/2011.

(C)pela inclusão da data de publicação e do último dia do prazo, entrando em vigor no dia subsequente à sua consumação integral, passando a vigorar no dia 10/06/2011.

(D)pela exclusão da data de publicação da lei e a inclusão do último dia do prazo, entrando em vigor no dia subsequente à sua consumação integral, que na situação descrita será o dia 13/06/2011.

---

A alternativa “C” está correta, pois o art. 8º, § 1º, da Lei Complementar 95/98 estabelece que “a contagem do prazo para entrada em vigor das leis que estabeleçam período de vacância far-se-á com a inclusão da data da publicação e do último dia do prazo, entrando em vigor no dia subsequente à sua consumação integral”. GABARITO “C”

2. Rodolfo, brasileiro, engenheiro, solteiro, sem ascendentes ou descendentes, desapareceu de seu domicílio há 11 (onze) meses e até então não houve qualquer notícia sobre seu paradeiro. Embora tenha desaparecido, deixou Lisa, uma amiga, como mandatária para a finalidade de administrar-lhe os bens. Todavia, por motivos de ordem pessoal, Lisa não quis exercer os poderes outorgados por Rodolfo em seu favor, renunciando expressamente ao mandato. De acordo com os dispositivos que regem o instituto da ausência, assinale a alternativa correta.

(A)A renúncia ao mandato, por parte de Lisa, era possível e, neste caso, o juiz determinará ao Ministério Público que nomeie um curador encarregado de gerir os bens do ausente, observando, no que for aplicável, o disposto a respeito dos tutores e curadores.

(B)Poderá ser declarada a sucessão definitiva de Rodolfo 10 (dez) anos depois de passada em julgado a sentença que concedeu a sucessão provisória, mas, se nenhum interessado promover a sucessão definitiva, nesse prazo, os bens porventura arrecadados deverão ser doados a entidades filantrópicas localizadas no município do último domicílio de Rodolfo.

(C)O juiz não poderá declarar a ausência e nomear curador para Rodolfo, pois Lisa não poderia ter renunciado o mandato outorgado em seu favor, já que só estaria autorizada a fazê-lo em caso de justificada impossibilidade ou de constatada insuficiência de

poderes.

(D) Os credores de obrigações vencidas e não pagas de Rodolfo, decorrido 1 (um) ano da arrecadação dos bens do ausente, poderão requerer que se determine a abertura de sua sucessão provisória.

---

A: incorreta, pois não há tal previsão nos arts. 22 a 39 do CC; B: incorreta, pois apenas 10 anos após a abertura da *sucessão definitiva* é que se coloca a possibilidade dos bens irem para terceiros; ademais, o destinatário desses bens, nesse caso, não seria uma entidade filantrópica, mas o Município ou Distrito Federal, ou, se os bens estivessem em território federal, a União; C: incorreta, pois o art. 23 admite que o mandatário (no caso, Lisa) não queira exercer o mandato; D: correta, vez que os credores são considerados “interessados” e estes tem o direito de requerer que se determine a abertura da sucessão provisória (art. 26 do CC). GABARITO “D”

3. O negócio jurídico depende da regular manifestação de vontade do agente envolvido. Nesse sentido, o art. 138 do Código Civil dispõe que “são anuláveis os negócios jurídicos quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio”. Relativamente aos defeitos dos negócios jurídicos, assinale a alternativa correta.

(A) O erro não prejudica a validade do negócio jurídico quando a pessoa, a quem a manifestação de vontade se dirige, se oferecer para executá-la na conformidade da vontade real do manifestante.

(B) O falso motivo, por sua gravidade, viciará a declaração de vontade em todas as situações e, por consequência, gerará a anulação do negócio jurídico.

(C) O erro de cálculo gera a anulação do negócio jurídico, uma vez que restou viciada a declaração de vontade nele baseada.

(D) O erro é substancial quando concerne à identidade ou à qualidade essencial da pessoa a quem se refira a declaração de vontade, ainda que tenha influído nesta de modo superficial.

---

A: correta (art. 144 do CC); B: incorreta, pois o falso motivo só vicia a declaração de vontade quando expresso como razão determinante (art. 140 do CC); C: incorreta, pois o erro de cálculo apenas autoriza a retificação da declaração de vontade (art. 143 do CC); D: incorreta, pois o erro substancial, nesse caso, deve influir na vontade de modo relevante (art. 139, II, do CC), e não de modo superficial. GABARITO “A”

4. A respeito da prescrição e decadência, é correto afirmar que

(A) os prazos prescricionais podem ser alterados de comum acordo entre as partes.

(B) a prescrição que tenha sido iniciada contra alguém continuará a correr contra o seu sucessor.

(C) a decadência estabelecida em lei não poderá ser conhecida ex officio pelo juiz, somente por provocação das partes.

(D) a prescrição poderá ser suspensa uma única vez e se dará, entre outras hipóteses, por despacho do juiz.

A: incorreto, pois os prazos prescricionais não podem ser alterados por acordo das partes (art. 192 do CC); B: correto (art. 196 do CC); C: incorreto, pois o juiz deve conhecer de ofício a decadência legal (art. 210 do CC); apenas a decadência convencional é que não pode ser conhecida de ofício pelo juiz (art. 211 do CC); D: incorreto, pois é a *interrupção* da prescrição que pode ocorrer apenas uma vez (art. 202, caput, do CC); a *suspensão* da prescrição não tem essa limitação; ademais, o despacho do juiz é causa de interrupção da prescrição, e não de suspensão desta (art. 202, I, do

CC). Gabarito “B”

5. O Código Civil estabelece as modalidades de obrigações. A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- (A) Nas obrigações alternativas, caso não tenha sido estipulado de forma diferente, a escolha incumbirá ao credor.
- (B) A compensação poderá ser efetuada por dívida líquida, ainda que vencida e de coisa infungível.
- (C) O pagamento em consignação, nos casos e formas legais, não extingue a obrigação, servindo apenas para liberar o devedor dos juros de mora.
- (D) Qualquer interessado, nos termos da lei, no cumprimento da obrigação poderá pagar a dívida. Igual direito cabe a terceiro não interessado, salvo manifesta oposição do devedor.

---

A: incorreta, pois, caso não tenha sido estipulado de forma diferente, a escolha incumbirá ao devedor, e não ao credor (art. 252 do CC); B: incorreta, pois a dívida deve ser *vencida* e envolver coisa *fungível* também (art. 369 do CC); C: incorreta, pois o pagamento em consignação considera-se pagamento e extingue a obrigação (art. 334 do CC); D: correta (art. 304, caput e p. ún., do CC). Gabarito “E”

6. A respeito do ato ilícito, é correto afirmar que

- (A) o Código Civil dispõe que constitui ato ilícito lesão causada à pessoa, ainda que para a remoção de perigo iminente.
- (B) comete ato ilícito aquele que, mesmo por omissão voluntária, cause dano a outrem, ainda que o dano seja exclusivamente moral.
- (C) não comete ato ilícito aquele que exceda manifestamente os limites impostos pelos bons costumes, desde que seja titular de um direito e o esteja exercendo.
- (D) quando a destruição de coisa de outrem se der a fim de remover perigo iminente, ainda que exceda os limites do indispensável, não configurará ato ilícito.

---

A: incorreta, pois, segundo o art. 188, II, do CC, não constitui ato ilícito a lesão à pessoa, a fim de remover perigo iminente, tratando-se do famoso “estado de necessidade”; apesar de não se constituir ato ilícito esse tipo de conduta, a pessoa prejudicada, caso não tenha sido culpada pela situação de perigo, tem direito de ser indenizada pelos prejuízos sofridos (art. 929 do CC); B: correta (art. 186 do CC); C: incorreta, pois o abuso de direito é considerado ato ilícito (art. 187 do CC); D: incorreta, pois quando se excede os limites do indispensável para a remoção do perigo, o ato deixa de ser legítimo (lícito) e passa a ser ilícito. Gabarito “B”

7. João trafegava com seu veículo com velocidade incompatível para o local e avançou o sinal vermelho. José, que atravessava normalmente na faixa de pedestre, foi atropelado por João, sofrendo vários ferimentos. Para se recuperar, José, trabalhador autônomo, teve que ficar internado por 10 dias, sem possibilidade de trabalhar, além de ter ficado com várias cicatrizes no corpo. Em virtude do ocorrido, José ajuizou ação, pleiteando danos morais, estéticos e materiais. Com base na situação acima, assinale a alternativa correta.

- (A) José terá direito apenas ao dano moral, em razão do sofrimento, e ao dano estético, em razão das cicatrizes. Quanto ao tempo em que ficou sem trabalhar, isso se traduz em lucros cessantes, que não foram pedidos, não podendo ser concedidos.
- (B) José não poderá receber a indenização na forma pleiteada, já que o dano moral e o

dano estético são inacumuláveis. Assim, terá direito apenas ao dano moral, em razão do sofrimento e das cicatrizes, e ao dano material, em razão do tempo que ficou sem trabalhar.

- (C) José terá direito a receber a indenização na forma pleiteada: o dano moral em razão das lesões e do sofrimento por ele sentido, o dano material em virtude do tempo que ficou sem trabalhar e o dano estético em razão das cicatrizes com que ficou.
- (D) José terá direito apenas ao dano moral, já que o tempo que ficou sem trabalhar é considerado lucros cessantes, os quais não foram expressamente requeridos, e não podem ser concedidos. Quanto ao dano estético, esse é inacumulável com o dano moral, já estando incluído neste.
- 

O STJ é pacífico no sentido de que é plenamente possível cumular indenização por danos materiais, danos morais e danos estéticos. A Súmula 37 do STJ dispõe que é possível cumular indenização por dano material com indenização por dano moral. E a Súmula 387, do mesmo STJ, dispõe que é possível cumular indenização por dano moral com indenização por dano estético. No caso, houve danos materiais (impossibilidade de trabalhar), danos morais (sofrimento) e danos estéticos (cicatrizes no corpo), de maneira que a alternativa “C” é a única correta. Gabarito “C”

8. Nos contratos, os indivíduos devem observar os princípios da probidade e boa-fé. A liberdade contratual será exercida nos limites da função social do contrato. Nesse contexto, assinale a alternativa correta, de acordo com o Código Civil.

- (A) As partes não podem, em qualquer hipótese, reforçar, diminuir ou excluir responsabilidade pela evicção.
- (B) As cláusulas resolutivas, expressas ou tácitas, operam-se de pleno direito.
- (C) Nos contratos bilaterais, nenhum dos contratantes poderá exigir, antes de cumprida sua obrigação, o implemento da do outro.
- (D) Admite-se que a herança de pessoa viva possa ser objeto de contrato.
- 

A: incorreta, pois as partes podem, por cláusula expressa, reforçar, diminuir ou excluir a responsabilidade pela evicção (art. 448 do CC); B: incorreta, pois apenas as cláusulas resolutivas expressas operam de pleno direito; as tácitas dependem de interpelação judicial (art. 474 do CC); C: correta, tratando-se da chamada exceção de contrato não cumprido (art. 476 do CC); D: incorreta, pois o *pacta corvina* é vedado expressamente pelo art. 426 do CC. Gabarito “C”

## **DIREITOS HUMANOS**

9. Com relação aos mecanismos internacionais de proteção e monitoramento dos direitos humanos, assinale a opção correta.

- (A) A ONU nasceu com diversos objetivos, como a manutenção da paz e segurança internacionais, entretanto a proteção internacional dos direitos humanos não estava incluído entre eles.
- (B) Quando foi adotada e proclamada por resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, a UDHR, por não ter sido aceito por todos os países, não teve importância histórica.
- (C) Além da UDHR de 1948 não há outros documentos relevantes no âmbito da proteção internacional global dos direitos humanos.
- (D) O Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos de 1966 previu novas espécies de

direitos humanos além daquelas previstas expressamente na UDHR de 1948.

---

A: incorreta. A ONU é uma organização internacional que tem por objetivo facilitar a cooperação em matéria de direito internacional, segurança internacional, desenvolvimento econômico, progresso social, direitos humanos e a realização da paz mundial. Por isso, diz-se que é uma organização internacional de vocação universal. Sua lei básica é a Carta das Nações Unidas, elaborada em São Francisco de 25 de abril a 26 de junho de 1945. Esta Carta tem como anexo o Estatuto da Corte Internacional de Justiça. Percebe-se que uma das preocupações da ONU é a proteção dos direitos humanos mediante a cooperação internacional. A Carta das Nações Unidas é o exemplo mais emblemático do processo de internacionalização dos direitos humanos ocorridos no pós-guerra. Aliás, é importante lembrar que este processo recente de internacionalização dos direitos humanos é fruto da ressaca moral da humanidade ocasionada pelo excesso de violações de direitos humanos perpetradas pelo nazifascismo; B: incorreta. A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi aprovada pela Resolução n. 217 A (III) da Assembleia Geral da ONU, em 10 de dezembro de 1948, por 48 votos a zero e oito abstenções. E em conjunto com os dois Pactos Internacionais, sobre Direitos Cíveis e Políticos e sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, constituem a “Carta Internacional de Direitos Humanos”; C: incorreta. Rer o comentário à assertiva “B”. Ademais, pode-se apontar alguns documentos que compõem o sistema global de proteção específica dos direitos humanos: Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial, Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher, Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, Convenção sobre os Direitos da Criança etc.; D: correta. O Pacto Internacional de Direitos Cíveis e Políticos foi adotado, em 1966, pela Resolução 2.200 A (XXI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, mas devido à grande resistência que sofreu, somente adquiriu as ratificações necessárias para entrar em vigor no ano de 1976. Seu grande objetivo é tornar obrigatório, vinculante e expandir os direitos cíveis e políticos elencados na Declaração Universal dos Direitos Humanos. É um exemplo de *hard law*. Lembrando que o Pacto foi ratificado pelo Brasil em 24 de janeiro de 1992. Gabarito "E"

10. A respeito da internacionalização dos direitos humanos, assinale a alternativa correta.

(A) A limitação do poder, quando previsto na Constituição, garante por si só o respeito aos direitos humanos.

(B) A internacionalização dos direitos humanos impõe que o Estado, e não o indivíduo, seja sujeito de direitos internacional.

(C) A criação de normas de proteção internacional no âmbito dos direitos humanos possibilita a responsabilização do Estado quando as normas nacionais forem omissas.

(D) Já antes do fim da II Guerra Mundial ocorreu a internacionalização dos direitos humanos, com a limitação dos poderes do Estado a fim de garantir o respeito integral aos direitos fundamentais da pessoa humana.

A: incorreta. Para a doutrina internacional os estados têm uma tripla obrigação para com todos os direitos humanos: de proteger (*to protect*), de respeitar (*to respect*) e de realizar (*to fulfill*). Pelo dito, podemos afirmar que somente a limitação do poder não vai garantir a satisfatória implementação dos direitos humanos. Cabe frisar que a limitação do poder insere-se na primeira geração de direitos, que engloba os direitos ditos individuais. Por exemplo, na Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial, os estados partes têm a obrigação de implementar

políticas públicas que assegurem efetivamente a progressiva eliminação da discriminação racial. Percebe-se que o ideal de igualdade não vai ser atingido somente por meio de políticas repressivas que proíbam a discriminação. É necessário uma comunhão da proibição da discriminação (igualdade formal) com políticas promocionais temporárias (igualdade material). Por fim, deve-se lembrar que os direitos humanos possuem como características a indivisibilidade e a interdependência, dentre outras. A indivisibilidade se traduz na ideia de que todos os direitos humanos se retroalimentam e se complementam, assim é infrutífero buscar a proteção e a promoção de apenas uma parcela deles. E a interdependência se traduz na ideia de que cada direito depende dos outros para ser substancialmente realizado; B: incorreta. É interessante apontar a peculiaridade dos tratados internacionais de direitos humanos, pois diferentemente dos tradicionais que visam compor os interesses dos estados, aqueles buscam garantir o exercício de direitos por indivíduos. Cabe lembrar que o processo recente de internacionalização dos direitos humanos está ligado ao reconhecimento da pessoa humana como sujeito de direito internacional; C: correta. O estado que violar direitos humanos poderá ser responsabilizado perante a comunidade internacional, como, por exemplo, por intermédio de cortes regionais (ex: Corte Interamericana de Direitos Humanos) ou de comitês internacionais (ex: Comitê dos Direitos Humanos criado pelo Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos). Dentro desta lógica, o indivíduo que tiver sua dignidade violada e não conseguir a efetiva tutela, poderá buscar (direta ou indiretamente) cortes e comitês internacionais para buscar sua devida proteção. Ademais, o dirigente político que conduzir o país a prática de crimes contra a humanidade também poderá ser julgado e condenado pelo Tribunal Penal Internacional (TPI). É importante apontar o caráter complementar e subsidiário dos sistemas internacionais. Isso porque estes apenas serão acionados caso o sistema jurídico nacional tenha sido incapaz ou não tenha demonstrado interesse em julgar o caso; D: incorreta. Abalados pelas barbáries deflagradas nas duas Grandes Guerras e ensejados de construir um mundo sob novos alicerces ideológicos, os dirigentes das nações que emergiram como potências no período pós-guerra, liderados por URSS e Estados Unidos, estabeleceram na Conferência de Yalta, na Ucrânia, em 1945, as bases de uma futura "paz", para isso definiram as áreas de influência das potências e acertaram a criação de uma organização multilateral que promovesse negociações sobre conflitos internacionais, com o objetivo de evitar guerras, construir a paz e a democracia, além de fortalecer os direitos humanos. Teve aí sua origem a Organização das Nações Unidas. A ONU é uma organização internacional que tem por objetivo facilitar a cooperação em matéria de direito internacional, segurança internacional, desenvolvimento econômico, progresso social, direitos humanos e a realização da paz mundial. Por isso, diz-se que é uma organização internacional de vocação universal. Sua lei básica é a Carta das Nações Unidas, elaborada em São Francisco de 25 de abril a 26 de junho de 1945. Esta Carta tem como anexo o Estatuto da Corte Internacional de Justiça. Percebe-se que uma das preocupações da ONU é a proteção dos direitos humanos mediante a cooperação internacional. A Carta das Nações Unidas é o exemplo mais emblemático do processo de internacionalização dos direitos humanos ocorridos no pós-guerra. Aliás é importante lembrar que este processo recente de internacionalização dos direitos humanos é fruto da ressaca moral da humanidade ocasionada pelo excesso de violações de direitos humanos perpetradas pelo nazifascismo. Gabarito "C"

11. A respeito do desenvolvimento histórico dos direitos humanos e seus marcos fundamentais, assinale a opção correta.

(A) Os direitos fundamentais surgem todos de uma vez, não se originam de processo

histórico paulatino.

- (B) Não há uma correlação entre o surgimento do cristianismo e o respeito à dignidade da pessoa humana.
  - (C) As gerações de direitos humanos mais recentes substituem as gerações de direitos fundamentais mais antigas.
  - (D) A proteção dos direitos fundamentais é objeto também do direito internacional.
- 

A: incorreta, pois a amplitude de proteção conferida pelos direitos humanos é marcada por sua contínua majoração, o que os tornam direitos históricos, pois no evoluir da história novos direitos são reconhecidos como direitos humanos – processo não findo. A história dos direitos humanos é marcada pela luta por seu reconhecimento, umbilicalmente relacionada com a luta por justiça e liberdade; B: incorreta. A mais abrangente revolução de valores e de atitude ocorrida na História da Humanidade foi a operada pelo Cristianismo. Os princípios hoje tão aclamados da liberdade, da igualdade e da solidariedade apareceram pela primeira vez nos ensinamentos do Novo Testamento. Por exemplo, a liberdade está inserida no princípio do livre arbítrio, já a igualdade é verificada no princípio de que entre os cristãos, recebidos pelo batismo, não há diferença e a solidariedade é exteriorizada no mandamento cristão: “Amar o próximo como a si mesmo”. Percebe-se que os princípios que fundamentaram as três primeiras gerações dos direitos humanos apareceram primeiramente por obra do cristianismo, o qual tem grande papel nessa milenar luta pela proteção da dignidade da pessoa humana; C: incorreta. A divisão dos direitos humanos em gerações, idealizada por Karel Vasak, tem por finalidade permitir uma análise precisa de sua amplitude, além de dar uma boa ideia sobre a causa de seu surgimento e seu contexto. A análise das gerações tem que ter por fundamento não a ótica sucessória (de substituição da anterior pela posterior), mas sim a interacional (de complementação da anterior pela posterior); D: correta. Em se tratando de interpretação e de aplicação das regras protetivas de direitos humanos, deve-se ter por fundamento o princípio da primazia da norma mais favorável à vítima. Tal princípio determina a busca da maior efetividade possível na proteção dos direitos humanos. Portanto, de um modo geral, os sistemas protetivos de direitos humanos global (geral e específico), regional (global e específico) e nacional interagem-se e complementam-se para melhor proteger o indivíduo dos abusos perpetrados contra sua dignidade humana. Deve-se fazer uma pequena distinção entre direitos humanos e direitos fundamentais. A doutrina atual, principalmente a alemã, considera os direitos fundamentais como os valores éticos sobre os quais se constrói determinado sistema jurídico nacional, ao passo que os direitos humanos existem mesmo sem o reconhecimento da ordem jurídica interna de um país, pois estes possuem vigência universal. Mas, na maioria das vezes os direitos humanos são reconhecidos internamente pelos sistemas jurídicos nacionais, situação que os tornam também direitos fundamentais, ou seja, os direitos humanos previstos na constituição de um país são denominados direitos fundamentais. Gabarito "D"

## **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

12. Considere que Laura, menor absolutamente incapaz, representada por sua mãe, ajuíze ação de investigação de paternidade no foro de seu domicílio. Nessa situação hipotética, caso more em outro estado da Federação, o réu poderá

- (A) apenas contestar a ação, visto que a competência para o conhecimento da ação, nessa hipótese, é do foro do domicílio de Laura, haja vista ser absolutamente incapaz.
- (B) alegar a incompetência do juízo, mediante simples petição, a qualquer tempo,

independentemente de exceção, haja vista tratar-se de incompetência absoluta.

- (C)apresentar exceção de incompetência de juízo, no prazo da resposta, uma vez que a competência para o conhecimento da ação, nesse caso, é do foro do domicílio do réu.
  - (D)apresentar exceção de incompetência de juízo, a qualquer tempo, desde que o faça antes da sentença, visto que a competência, na referida hipótese, é do foro do domicílio do réu.
- 

A: Direito pessoal, a regra é a competência do foro do domicílio do réu (CPC, art. 94);  
B: A competência territorial é relativa (CPC, art. 111); C: Incompetência relativa deve ser apontada por meio de exceção (CPC, art. 112); D: O prazo da exceção é o prazo da defesa, sob pena de preclusão (CPC, art. 114). Gabarito "C"

13. Com relação ao princípio da investidura ou do juiz natural, assinale a opção correta.
- (A)O órgão jurisdicional, uma vez provocado, não pode recusar-se a dirimir os litígios, tampouco delegar a outro essa função.
  - (B)A jurisdição é atividade equidistante e desinteressada do conflito.
  - (C)A jurisdição só pode ser exercida por juízes ou órgãos previstos na CF.
  - (D)Os limites da jurisdição, que são traçados na CF, não podem ser ampliados ou restringidos pelo legislador ordinário.
- 

Todas as afirmações são verdadeiras, mas o foco do princípio do juiz natural é a vedação do tribunal de exceção (CF, art. 5º, XXXVII), ou seja, a previsão - na CF e na lei processual - do juízo responsável por julgar a lide antes da sua ocorrência. Gabarito "C"

14. No processo civil, cabe ao Ministério Público officiar obrigatoriamente,
- (A)Nas causas concernentes ao estado das pessoas, pátrio poder, tutela, curatela, interdição, casamento, declaração de ausência e disposições de última vontade.
  - (B)Nas ações relativas à locação de imóveis residenciais urbanos, independentemente da qualidade das partes.
  - (C)Nas ações populares, nas ações civis públicas e em quaisquer processos de inventário *causa mortis*.
  - (D)Em quaisquer processos nos quais o juiz reputar conveniente a intervenção do Ministério Público, na condição de fiscal da lei.
- 

As hipóteses de atuação do MP no cível, como fiscal da lei (em prol da coletividade), encontram-se previstas no art. 82 do CPC. Gabarito "A"

15. De acordo com o Código de Processo Civil (CPC), na hipótese de afinidade de questões por um ponto de fato ou de direito, duas ou mais pessoas podem litigar em conjunto no mesmo processo, tanto no polo ativo como no passivo. Nessa situação, verifica-se o fenômeno denominado
- (A)litisconsórcio necessário.
  - (B)assistência simples.
  - (C)litisconsórcio unitário.
  - (D)litisconsórcio facultativo.
- 

Art. 46, IV, do CPC. Gabarito "D"

16. A respeito das condições da ação no processo civil, assinale a opção correta.
- (A)A verificação da presença das condições da ação faz-se quando do julgamento do



mérito da pretensão do autor, sendo essas condições requisitos indispensáveis à obtenção de uma decisão que acolha ou rejeite o pedido do autor.

- (B) A capacidade processual se confunde com a legitimação para a causa, por serem ambas pressupostos processuais que se relacionam com a capacidade para estar em juízo. Assim, o menor de 16 anos de idade possui capacidade processual para propor ação contra o suposto pai para investigar a paternidade.
  - (C) Existe interesse processual quando a parte tem necessidade de ir a juízo para alcançar a tutela pretendida e, ainda, quando essa tutela jurisdicional pode trazer-lhe alguma utilidade, do ponto de vista prático. Assim, ajuizando a ação errada ou utilizando-se do procedimento incorreto, o provimento jurisdicional não lhe será útil, razão pela qual a inadequação procedimental acarreta inexistência do interesse processual.
  - (D) Ocorre a legitimação extraordinária ou substituição processual quando, em virtude da lei, é atribuído a um terceiro interessado a legitimidade para litigar direito alheio em nome daquele que detém a titularidade do direito em litígio.
- 

A: a ausência das condições da ação acarreta a extinção do processo sem resolução do mérito - e isso pode ser apreciado a qualquer tempo e grau de jurisdição (art. 267, VI, e § 3º, do CPC); B: capacidade processual (pressuposto processual - art. 7º do CPC) não se confunde com legitimidade de parte (condição da ação - art. 267, VI, do CPC); C: interesse processual, pela doutrina, é o binômio necessidade + adequação; D: substituição processual é pleitear direito alheio em nome próprio (art. 6º do CPC). Gabarito "C"

17. De acordo com o Código de Processo Civil (CPC), extingue-se o processo sem resolução de mérito quando

- (A) O juiz reconhece a prescrição ou a decadência.
  - (B) As partes transigem.
  - (C) O autor renuncia ao direito sobre o qual se funda a ação.
  - (D) O juiz acolhe a alegação de preempção.
- 

As hipóteses de extinção sem resolução do mérito estão no art. 267 do CPC. As hipóteses de sentença de mérito (em que a lide é decidida) estão no art. 269 do CPC (prescrição, transação e renúncia). Gabarito "D"

18. Assinale a opção correta a respeito da sentença.

- (A) A sentença deve ser certa, salvo quando decida relação jurídica condicional.
  - (B) Na ação que tenha por objeto obrigação de fazer, para a efetivação da tutela específica, o juiz poderá, somente a requerimento da parte, impor multa diária em caso de atraso.
  - (C) Todas as sentenças devem ser fundamentadas, mas apenas as terminativas podem ter fundamentação concisa.
  - (D) Publicada a sentença de indeferimento liminar da petição inicial, o juiz não pode mais alterá-la, em face do princípio da inalterabilidade da sentença pelo juiz.
- 

A: a sentença sempre deve ser certa (art. 460, p. ún., do CPC); B: cabe a aplicação de multa-diária de ofício (art. 461, § 4º, do CPC); C: arts. 458 e 459, do CPC; D: somente nas sentenças de indeferimento liminar ou improcedência liminar, cabe ao magistrado reconsiderar, diante da apelação (arts. 285-A, § 1º e 296, do CPC). Gabarito "C"

## DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

19. Com relação à proteção reservada ao menor em nosso ordenamento jurídico, está de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente

- (A) o acesso à escola pública de toda criança que comprovadamente não tiver recursos para pagar uma escola privada.
  - (B) o desenvolvimento de capacitação profissional, assegurado ao menor de 12 anos o trabalho como ajudante.
  - (C) a criação da criança no seio de sua família, livre da presença de pessoas que sejam dependentes químicas.
  - (D) o ingresso em locais de espetáculos públicos, sempre acompanhadas de um parente, que pode ser menor.
- 

A: Incorreta, pois o acesso à escola pública é direito tanto da criança sem recursos, como da criança com recursos para pagar uma escola privada (art. 53, V, do ECA); B: Incorreta, pois o direito à capacitação profissional é do adolescente (ou seja, o maior de 12 anos), conforme art. 69, II, do ECA; C: Correta (art. 19, caput, do ECA); D: incorreta (art. 75, p. ún., do ECA). Gabarito "C"

20. Pelo que anuncia o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente em suas disposições preliminares, esta lei

- (A) declara que os direitos fundamentais de crianças e adolescentes são limitáveis somente pelo justo exercício do poder familiar ou por ordem judicial fundamentada.
  - (B) destina-se a oferecer cuidado e proteção aos menores em situação irregular.
  - (C) considera criança pessoa de zero a quatorze anos incompletos.
  - (D) aplica-se, em alguns casos, a pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.
- 

A: Incorreta, pois os direitos fundamentais de crianças e adolescentes não são limitáveis; B: Incorreta, pois a lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, seja em relação aos menores em situação regular, seja quanto aos que estão em situação; C: Incorreta, pois criança é a pessoa de até doze anos de idade (art. 2º, caput, do ECA); D: Correta (art. 2º, p. único, do ECA). Gabarito "D"

## DIREITO DO TRABALHO

21. Uma empresa põe anúncio em jornal oferecendo emprego para a função de vendedor, exigindo que o candidato tenha experiência anterior de 11 meses nessa função. Diante disso, assinale a alternativa correta.

- (A) A exigência é ilegal, pois o máximo que o futuro empregador poderia exigir seriam 6 meses de experiência.
- (B) A exigência é ilegal, pois o máximo que o futuro empregador poderia exigir seriam 3 meses de experiência.
- (C) A exigência é legal, pois a experiência até 1 ano pode ser exigida do candidato a qualquer emprego, estando inserida no poder diretivo do futuro empregador.
- (D) A exigência não traduz discriminação no emprego, de modo que poderia ser exigido

qualquer período de experiência anterior.

---

O art. 442-A, inserido na CLT com o advento da Lei 11.644/2008, impôs ao empregador um limite temporal para contratação de empregados, que não poderá exigir, no ato da contratação, mais de 6 (seis) meses de prática do candidato para a atividade, ou seja, não poderá o empregador exigir dos pretensos empregados, período de experiência superior a 6 (seis) meses para aquela determinada função. Gabarito "A"

22. Os requisitos necessários à caracterização do vínculo de emprego abrangem

- (A) onerosidade, exclusividade, subordinação jurídica e alteridade.
  - (B) eventualidade, pessoalidade, onerosidade e subordinação jurídica.
  - (C) subordinação, não eventualidade, onerosidade e pessoalidade.
  - (D) dependência econômica, continuidade, subordinação e alteridade.
- 

A: Opção incorreta, pois a exclusividade não é pressuposto para a configuração do vínculo de emprego (CLT, art. 3.º); B: Opção incorreta, pois a eventualidade não é pressuposto para a configuração do vínculo de emprego, nos termos do art. 3º da CLT, mas sim a não-eventualidade; C: Opção correta, pois reflete o disposto no art. 3.º da CLT; D: Opção incorreta, pois a dependência econômica não é pressuposto do vínculo de emprego, nos termos do art. 3 da CLT. Gabarito "C"

23. Joana foi contratada para trabalhar de segunda a sábado na residência do Sr. Demétrius, de 70 anos, como sua acompanhante, recebendo salário mensal. Ao exato término do terceiro mês de prestação de serviços, o Sr. Demétrius descobre que a Sra. Joana está grávida, rescindindo a prestação de serviços. Joana, inconformada, ajuíza ação trabalhista para que lhe seja reconhecida a condição de empregada doméstica e garantido o seu emprego mediante reconhecimento da estabilidade provisória pela gestação. Levando-se em consideração a situação de Joana, assinale a alternativa correta.

- (A) A função de acompanhante é incompatível com o reconhecimento de vínculo de emprego doméstico.
  - (B) Joana faz jus ao reconhecimento de vínculo de emprego como empregada doméstica.
  - (C) Joana não fará jus à estabilidade gestacional, pois este não é um direito garantido à categoria dos empregados domésticos.
  - (D) Joana não fará jus à estabilidade gestacional, pois o contrato de três meses é automaticamente considerado de experiência para o Direito do Trabalho e pode ser rescindido ao atingir o seu termo final.
- 

A: opção incorreta, pois a função de acompanhante é compatível com o reconhecimento de vínculo de empregado doméstico, nos termos do art. 1º da Lei 5.859/72; B: Opção correta, pois Joana preenche todos os requisitos caracterizadores da relação de empregado doméstico, nos termos do art. 1º da Lei 5.859/72;; C: Opção incorreta, pois a Lei 11.324/2006 acrescentou à Lei 5.859/72 o art. 4º-A que ensina ser vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada doméstica gestante desde a confirmação da gravidez até 5 (cinco) meses após o parto; D: Opção incorreta, pois o contrato em debate não será considerado como contrato de experiência, pois não foi celebrado com esse fim Gabarito "B"

24. Para equiparação salarial, é necessário que

- (A) os empregados comparados tenham a mesma função, pois todo trabalho deve ser igualmente remunerado de acordo com o princípio da isonomia consagrado constitucionalmente.

- (B)haja identidade de funções, trabalho com a mesma produtividade e perfeição técnica, para o mesmo empregador, na mesma região metropolitana, com contemporaneidade na prestação de serviços na mesma função e a qualquer tempo, e quadro de carreira homologado pelo Ministério do Trabalho e Emprego.
- (C)haja identidade de funções, trabalho de igual valor para o mesmo empregador, na mesma região metropolitana, sendo a prestação de serviços entre o empregado e o modelo contemporânea na mesma função, mas com diferença não superior a 2 anos, inexistindo quadro de carreira organizado.
- (D)haja identidade de funções, trabalho de igual valor para o mesmo empregador, na mesma localidade, com contemporaneidade na prestação dos serviços na mesma função e a qualquer tempo, inexistindo quadro de carreira organizado.
- 

A: Opção incorreta, pois a identidade de funções não é o único requisito para a equiparação salarial. Vide art. 461 CLT; B: Opção incorreta, pois trabalho de igual valor necessita que a diferença no tempo de serviço na mesma função não seja superior a 2 anos (súmula 6, II, TST). Ademais, é desnecessário que, ao tempo da reclamação trabalhista, ambos estejam trabalhando na mesma empresa, desde que o pedido se relacione com situação pretérita, a teor do item IV da súmula 6 do TST; C: Opção correta, pois reflete o disposto no art. 461 da CLT e súmula 6 do TST; D: Opção incorreta, pois o conceito de mesma localidade é entendido como a mesma região metropolitana e, ainda, deve haver diferença no tempo de serviço na mesma função não seja superior a 2 anos (súmula 6, II, TST). Gabarito “C”

25. Quanto ao salário *in natura*, assinale a opção correta.

- (A)Devem ser considerados como salário pago os equipamentos fornecidos aos empregados e utilizados no local de trabalho.
- (B)O transporte de ida e volta para o trabalho bem como o vale-transporte têm natureza salarial.
- (C)Compreendem-se no salário as prestações *in natura* que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado.
- (D)É permitido o pagamento do salário por meio de alimentação, habitação, vestuário e bebidas alcoólicas.
- 

A: Opção incorreta, pois nos termos do art. 458, § 2º, I, da CLT os equipamentos fornecidos para o desempenho do labor não são considerados como salário utilidade;; B:Opção incorreta, pois nos termos do art. 2º, a, da Lei 7.418/85 não possui natureza salarial;; C: Opção correta, pois reflete o disposto no art. 458, *caput*, da CLT; D: Opção incorreta, pois de acordo com a parte final do art. 458 da CLT, não é permitido o pagamento do salário com bebidas alcoólicas. Gabarito "C"

26. João da Silva, empregado da empresa Alfa Ltda., exerce suas atribuições funcionais em dois turnos de trabalho alternados de oito horas cada, que compreendem o horário diurno e o noturno. Considerando que a atividade de seu empregador não se desenvolve de forma ininterrupta e que não existe norma coletiva disciplinando a jornada de trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A)João não tem direito ao pagamento de horas extras, mas tem direito à redução da hora noturna.
- (B)João tem direito ao pagamento de horas extras, mas não tem direito à redução da hora noturna.
- (C)João tem direito ao pagamento de horas extras e à redução da hora noturna.

(D) João não tem direito ao pagamento de horas extras e à redução da hora noturna.

A: Opção incorreta, pois por exercer a função em turnos de revezamento fará jus ao pagamento de horas extras, na medida em que sua jornada era exercida acima do limite de 6 (seis) horas disposto no art. 7º, XIV, CF e possui também a redução da hora noturna, OJ 395 SDI 1 do TST; B: Opção incorreta, pois contraria a disposição contida na OJ 395 da SDI 1 do TST; C: Opção correta, pois por exercer a função em turnos de revezamento tem direito ao pagamento de horas extras, na medida em que sua jornada era exercida acima do limite de 6 (seis) horas permitido pelo art. 7º, XIV, CF. Ademais, o TST por meio do entendimento consubstanciado na OJ 395 da SDI 1 não há incompatibilidade entre as disposições contidas nos arts. 73, § 1º, da CLT e 7º, XIV, da CF. Assim, o trabalho em regime de turnos ininterruptos de revezamento não retira o direito à hora noturna reduzida; D: Opção incorreta, vide comentários anteriores. Gabarito "C"

## **DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

27. Alfredo, empregado da Empresa Mala Direta S.A., ao perceber que a empresa não havia providenciado o seu cadastro no PIS, procurou a diretoria da empresa para sanar a omissão, obtendo como resposta que a empresa não tomaria qualquer providência a esse respeito. Nessa situação, caso Alfredo venha a demandar contra a empresa, objetivando o cadastramento no PIS, ele deve mover a ação perante

(A) a justiça federal.

(B) a justiça comum estadual.

(C) o STJ.

(D) a Justiça do Trabalho.

---

A: Opção incorreta, pois a competência da justiça federal vem disciplinada no art. 109 da CF; B: Opção incorreta, pois a justiça estadual não é competente para apreciar essa espécie de demanda; C: Opção incorreta, pois a competência do STJ vem esculpida no art. 105 da CF; D: Opção correta, pois nos termos da súmula 300 do TST, as ações relativas ao cadastramento no Programa de Integração Social (PIS) são de competência da Justiça do Trabalho. Gabarito "D"

28. Não se inclui entre os exemplos de pessoa isenta do pagamento de custas na Justiça do Trabalho, enumerados no art. 790-A da CLT, a

(A) autarquia estadual.

(B) Fundação pública estadual que não explore atividade econômica.

(C) União.

(D) Empresa pública.

---

A: Opção incorreta, pois a autarquia estadual consta no rol de isenções do art. 790-A, I, da CLT; B: Opção incorreta, pois a fundação pública estatal que não explore atividade econômica consta no rol de isenções do art. 790-A, I, da CLT; C: Opção incorreta, pois a União consta no rol de isenções do art. 790-A, I, da CLT; D: Opção correta, pois as empresas públicas, com fundamento no art. 173, §§ 1º e 2º, da CF, não gozam do privilégio da isenção de custas. Gabarito "D"

29. O NÃO comparecimento do reclamante à audiência importa:

(A) o arquivamento da Reclamação Trabalhista.

- (B) a revelia do reclamando.
  - (C) a procedência do pedido.
  - (D) a improcedência do pedido.
- 

A: Opção correta, pois o art. 844 da CLT determina que o não comparecimento do reclamante à audiência importa no arquivamento da reclamação; B: Opção incorreta, pois a revelia é aplicada pela ausência do reclamado à audiência; C: Opção incorreta, pois como vimos a ausência do reclamante à audiência implica no arquivamento da ação e nunca na procedência do pedido; D: Opção incorreta, pois com a ausência do reclamante à audiência, o magistrado não apreciará o mérito do pedido, ou seja, não decidirá se o pedido procede ou não procede. Deverá determinar o arquivamento da reclamação com a extinção do processo sem resolução do mérito, art. 267 do CPC. Gabarito "A"

30. No dia 23.05.2003, Paulo apresentou reclamação verbal perante o distribuidor do fórum trabalhista, o qual, após livre distribuição, o encaminhou para a 132ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro. Entretanto, Paulo mudou de ideia e não compareceu à secretaria da Vara para reduzi-la a termo. No dia 24.12.2003, Paulo retornou ao distribuidor da Justiça do Trabalho e, decidido, apresentou novamente a sua reclamação verbal, cuja livre distribuição o encaminhou para a 150ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro. Desta vez, o trabalhador se dirigiu à secretaria da Vara, reduziu a reclamação a termo e saiu de lá ciente de que a audiência inaugural seria no dia 01.02.2004. Contudo, ao chegar o dia da audiência, Paulo mudou de ideia mais uma vez e não compareceu, gerando o arquivamento dos autos. Diante desta situação concreta, é correto afirmar que:

- (A) Paulo não poderá ajuizar uma nova reclamação verbal, uma vez que a CLT proíbe o ajuizamento sucessivo de três reclamações desta modalidade.
  - (B) Paulo poderá ajuizar uma nova reclamação verbal, uma vez que somente a segunda foi reduzida a termo, gerando apenas um arquivamento dos autos por ausência do autor na audiência inaugural.
  - (C) Paulo não poderá ajuizar uma nova reclamação verbal, uma vez que deu ensejo à perempção prevista no CPC, aplicável subsidiariamente ao processo do trabalho.
  - (D) Paulo poderá ajuizar nova reclamação trabalhista, mas apenas na forma escrita e assistido obrigatoriamente por advogado.
- 

A: Opção incorreta, pois não tendo o reclamante comparecido para reduzir a reclamação verbal a termo, o Juiz aplicará a perempção provisória, nos termos do art. 731 da CLT e não o seu arquivamento; B: Opção correta, pois Paulo poderá ajuizar nova reclamação. Somente em duas hipóteses a parte perde o direito de ingressar com nova reclamação. A primeira ocorre quando a parte não comparece à sede do juízo para reduzir a termo a reclamação verbal, hipótese analisada na Opção "A", art. 731 da CLT. A segunda delas, que não se relaciona com a primeira, nos termos do art. 732 da CLT, consiste no duplo arquivamento seguido pelo não comparecimento do reclamante na audiência inaugural. Como no caso proposto Paulo deu causa à apenas um arquivamento por não comparecer à audiência, poderá ingressar com nova reclamação; C: Opção incorreta, pois a regra de perempção prevista no CPC não pode ser aplicada ao processo do trabalho, na medida em que existem regras próprias acerca da perempção, que vêm dispostas nos arts. 731 e 732 da CLT. Importante ressaltar que a regra de perempção do direito processual civil constitui em perempção definitiva, pois a parte que der causa a três arquivamentos - e não dois como no processo do trabalho - não poderá ingressar com nova ação. No processo do trabalho, nos termos dos arts. 731 e 732 da CLT, temos a perempção

provisória que consiste na perda do direito de propor nova reclamação pelo lapso de 6 (seis) meses; D: Opção incorreta, pois não existe previsão legal nesse sentido. Gabarito "B"

31. Assinale a Opção correta acerca do procedimento sumaríssimo.

- (A) A ausência de pedido certo e determinado impõe, além do pagamento das custas sobre o valor da causa, o arquivamento da reclamação.
  - (B) No âmbito desse procedimento, não será possível a produção de prova técnica.
  - (C) Tal procedimento é aplicável aos dissídios individuais e coletivos, desde que o valor da causa não exceda quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do seu ajuizamento.
  - (D) Estão excluídas desse tipo de procedimento as demandas em que seja parte a administração pública direta, autárquica, fundacional ou sociedade de economia mista.
- 

A: Opção correta, pois o reflete o disposto no art. 852-B, I, da CLT, combinado com seu § 1º; B: Opção incorreta, pois em conformidade com o art. 852-H, § 4º, da CLT, admite-se a prova técnica no procedimento sumaríssimo; C: Opção incorreta, pois de acordo com o art. 852-A da CLT, apenas os dissídios individuais que não ultrapassarem 40 salários mínimos serão submetidos ao procedimento sumaríssimo; D: Opção incorreta, pois nos termos do art. 852-A, parágrafo único, da CLT estão excluídos do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional. Gabarito "A"

## DIREITO PENAL

32. Ainda de acordo com o que dispõe o CP, assinale a opção correta.

- (A) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais e civis da sentença condenatória.
  - (B) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu o resultado, sendo irrelevante o local onde deveria produzir-se o resultado.
  - (C) A lei excepcional ou temporária, embora tenha decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante a sua vigência.
  - (D) Considera-se praticado o crime no momento da produção do resultado.
- 

A: art. 2º, *caput*, do CP; B: art. 6º do CP; C: art. 3º do CP; D: art. 4º do CP (*teoria da ação*). Gabarito "C"

33. O Código Penal brasileiro,

- (A) quanto ao lugar do crime, adotou a teoria mista ou da ubiquidade.
  - (B) quanto ao lugar do crime, adotou a teoria da atividade ou da ação.
  - (C) quanto ao tempo do crime, adotou a teoria mista ou da ubiquidade.
  - (D) quanto ao tempo do crime, adotou a teoria do resultado.
- 

A e B: art. 6º, CP (o Código Penal de fato adotou a *teoria mista ou da ubiquidade*, já que é considerado lugar do crime tanto o da conduta quanto o do resultado); C e D: art.

4º, CP (no que se refere ao tempo do crime, o Código adotou a *teoria da ação ou da atividade*, segundo a qual considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado). Gabarito "A"

34. Com relação ao dolo e à culpa, assinale a opção correta.

- (A) A conduta culposa poderá ser punida ainda que sem previsão expressa na lei.
- (B) Caracteriza-se a culpa consciente caso o agente preveja e aceite o resultado de delito, embora imagine que sua habilidade possa impedir a ocorrência do evento lesivo previsto.
- (C) Caracteriza-se a culpa própria quando o agente, por erro de tipo inescusável, supõe estar diante de uma causa de justificação que lhe permite praticar, lícitamente, o fato típico.
- (D) Considere que determinado agente, com intenção homicida, dispare tiros de pistola contra um desafeto e, acreditando ter atingido seu objetivo, jogue o suposto cadáver em um lago. Nessa situação hipotética, caso se constate posteriormente que a vítima estava viva ao ser atirada no lago, tendo a morte ocorrido por afogamento, fica caracterizado o dolo geral do agente, devendo este responder por homicídio consumado.

---

A: art. 18, p. único, do CP (excepcionalidade do crime culposos); B: na *culpa consciente* o agente prevê o resultado, mas espera sinceramente que ele não ocorra. O agente, neste caso, não aceita a ocorrência do resultado. Tal postura é compatível com o *dolo eventual*, em que o sujeito assume o risco de produzir o resultado, conforma-se com ele, mostra-se, enfim, indiferente em relação a ele, resultado; C: *culpa própria*: o agente não deseja o resultado tampouco assume o risco de produzi-lo; D: também chamado de *erro sucessivo* ou *aberratio causae*. Gabarito "D"

35. Com relação às causas excludentes de ilicitude (ou antijuridicidade), assinale a opção correta.

- (A) Agem em estrito cumprimento do dever legal policiais que, ao terem de prender indiciado de má fama, atiram contra ele para dominá-lo.
- (B) O exercício regular do direito é compatível com o homicídio praticado pelo militar que, em guerra externa ou interna, mata o inimigo.
- (C) Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar-se de perigo atual ou iminente que não provocou por sua vontade ou era escusável.
- (D) Supondo o agente, equivocadamente, que está sendo agredido, e repelindo a suposta agressão, configura-se a legítima defesa putativa, considerada na lei como caso *sui generis* de erro de tipo, o denominado erro de tipo permissivo.

---

A: atirar contra um indiciado de má fama com o objetivo de dominá-lo não constitui ação praticada em cumprimento de um dever imposto por lei (art. 23, III, primeira parte, CP); B: é hipótese de *estrito cumprimento de dever legal*; C: art. 24 do CP; D: art. 20, § 1º, do CP. Gabarito "D"

36. Acerca do concurso de pessoas, assinale a opção correta em conformidade com o CP.

- (A) Se algum dos concorrentes tiver optado por participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste, a qual, entretanto, será aumentada, nos termos da lei, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.
- (B) As circunstâncias e as condições de caráter pessoal não se comunicam, mesmo



quando elementares do crime.

(C)O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, são puníveis, mesmo se o crime não chegar a ser tentado.

(D)Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, independentemente de sua culpabilidade.

---

A: art. 29, § 2º, do CP; B: art. 30 do CP; C: art. 31 do CP; D: art. 29, *caput*, do CP.  
Gabarito "A"

37. Trata-se de hipótese de *exclusão de culpabilidade*:

(A) estado de necessidade.

(B) estrito cumprimento de dever legal.

(C) erro inevitável sobre a ilicitude do fato.

(D) exercício regular de direito.

O erro sobre a ilicitude do fato (erro de proibição), desde que inevitável (escusável), gera a exclusão da culpabilidade (art. 21, *caput*, primeira parte, do CP); se, no entanto, o erro de proibição for inescusável (evitável), constituirá causa de redução de pena (art. 21, *caput*, segunda parte, do CP). As outras assertivas contemplam causas excludentes de ilicitude, listadas no art. 23 do CP. Gabarito "C"

## DIREITO DO CONSUMIDOR

38. Em relação aos princípios previstos no Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa correta.

(A)O CDC é uma norma tipificadora de condutas, prevendo expressamente o comportamento dos consumidores e dos fornecedores.

(B)O princípio da transparência impõe um dever comissivo e um omissivo, ou seja, não pode o fornecedor deixar de apresentar o produto tal como ele se encontra nem pode dizer mais do que ele faz; não pode, portanto, mais existir o *dolus bonus*.

(C)O princípio da vulnerabilidade, que presume ser o consumidor o elo mais fraco da relação de consumo, diz respeito apenas à vulnerabilidade técnica.

(D)A boa-fé prevista no CDC é a boa-fé subjetiva.

---

A: Incorreta, pois o CDC tem uma técnica mista, ou seja, trabalha tanto com normas tipificadoras, como com dispositivos instituidores de conceitos legais indeterminados e cláusulas gerais; assim, o CDC traz tanto normas casuísticas (ex: a que veda a venda casada), como normas mais gerais (ex: a que proíbe cláusulas desproporcionais); B: Correta, pois a transparência significa tanto o dever de informar as características e os riscos de um produto ou serviço, como o dever de não exagerar na descrição de um produto ou serviço; no Direito Civil tradicional, esse exagero, chamado "*dolus bonus*" era tolerado, diferente do que ocorre no sistema do CDC, em que a informação deve ser precisa e adequada; C: Incorreta, pois a vulnerabilidade pode ser de ordem técnica, econômica, física etc; D: Incorreta, pois a boa-fé é a objetiva, ou seja, é a extraída das regras do sistema e da ética extraída da sociedade, e não a subjetiva, que é aquela ética que cada um tem, ou seja, a ética particular. Gabarito "B"

39. No que se refere ao campo de aplicação do Código de Defesa do Consumidor (CDC), assinale a opção correta.

- (A)O conceito de consumidor restringe-se às pessoas físicas que adquirem produtos como destinatárias finais da comercialização de bens no mercado de consumo.
- (B)O conceito de fornecedor envolve o fabricante, o construtor, o produtor, o importador e o comerciante, os quais responderão solidariamente sempre que ocorrer dano indenizável ao consumidor.
- (C)O conceito de produto é definido como o conjunto de bens corpóreos, móveis ou imóveis, que sejam oferecidos pelos fornecedores para consumo pelos adquirentes.
- (D)O conceito de serviço engloba qualquer atividade oferecida no mercado de consumo, mediante remuneração, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.
- 

A: Art. 2º do CDC; B: Art. 3º c/c o art. 7º, p. ún., do CDC; C: Art. 3º, § 1º, do CDC; D: Art. 3º, § 2º, do CDC. Gabarito "D"

40. Acerca das *relações de consumo*, assinale a afirmativa incorreta.

- (A)Podem incluir entes despersonalizados.
- (B)Podem ser fornecidas por instituições financeiras.
- (C)Podem estabelecer-se mesmo na ausência de contrato celebrado entre consumidor e fornecedor.
- (D)Estabelecem-se necessariamente entre um fornecedor e consumidores determinados ou, ao menos, determináveis.
- 

A: Correta, pois há previsão expressa, nesse sentido, no conceito de fornecedor (art. 3º do CDC); B: Correta, pois é pacífico hoje que as instituições financeiras estão no conceito de *fornecedor* (art. 3º, *caput*, do CDC), como prestadoras de serviço (art. 3º, § 2º, do CDC); aliás, a Súmula 297 do STJ dispõe que “O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras”; C: Correta, pois há pessoas que, mesmo não tendo celebrado contrato de consumo, são equiparadas a consumidores, recebendo a proteção do CDC, tais como *a pessoa que utiliza um bem de consumo*, mesmo não o tendo comprado (art. 2º, *caput*, do CDC), *a vítima de um acidente de consumo* (art. 17 do CDC) e *as pessoas expostas às práticas comerciais* (art. 29 do CDC), como as expostas a uma propaganda, por exemplo; D: Incorreta (devendo ser assinalada), pois o p. ún. do art. 2º do CDC equipara a consumidores “a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo”. Gabarito "D"